

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINICIUS SECON

LIONEL ROBBINS E A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA: ACEITAÇÃO E CRÍTICAS

CURITIBA

2015

VINICIUS SECON

LIONEL ROBBINS E A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA: ACEITAÇÃO E CRÍTICAS

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Fim de Curso, do Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Doutora Iara Vigo de Lima

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

VINICIUS SECON

LIONEL ROBBINS E A DEFINIÇÃO DE ECONOMIA: ACEITAÇÃO E CRÍTICAS

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Professora Doutora Iara Vigo de Lima
Departamento de Economia, UFPR.

Professor Doutor Fabiano Abranches Dalto
Departamento de Economia, UFPR.

Professor Doutor José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 2 de dezembro de 2015

RESUMO

Lionel Robbins fornece uma das principais definições de economia e desenvolve toda uma teoria em cima do conceito de escassez. A primeira edição da obra de Robbins, *“Um Ensaio Sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica”* (1932), foi lançada durante o pior momento da grande depressão, que teve início em 1929. Nesta obra, o autor faz várias críticas ao modo em que a economia estava sendo estudada até aquele momento e desenvolve inúmeros argumentos para defender o importante papel que o conceito de escassez tem para a Ciência Econômica. A obra de Robbins foi recebida com muita crítica em uma época em que o principal foco da economia era o bem-estar material. Da década de 1930 a década de 1960, a definição de Robbins gradualmente passa a ser mais aceita, aparecendo em revistas científicas e em livros didáticos. A definição de economia de Robbins transformava a Ciência Econômica em uma ciência pura e analítica, fundamentada em postulados com aplicabilidade geral.

Palavras-chave: Lionel Robbins. Escassez. Definição de Economia.

ABSTRACT

Lionel Robbins provides one of the major definitions of economics and develops a theory towards the concept of scarcity. The first edition of Robbins' work, "An Essay on the Nature and Significance of Economic Science" (1932) was launched during the worst time of the Great Depression, which began in 1929. In this work, the author makes several criticisms to way economics was studied so far and develops numerous arguments to defend the important role that the concept of scarcity had to economics. The work of Robbins was received with much criticism at a time when the main focus of economics was the material well-being. From the 1930s to the 1960s, Robbins's definition gradually becomes more accepted, appearing in scientific journals and textbooks. Robbins' definition transformed economics to a pure and analytical science, based on assumptions with general applicability.

Keywords: Lionel Robbins. Scarcity. Definition of Economy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 UM ENSAIO SOBRE A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA.....	09
2.1 O objeto da Economia.....	09
2.1.1 A definição da “escassez” da Economia.....	11
2.1.2 Ciência Econômica e a economia de troca.....	12
2.1.3 As definições de “materialismo” e da “escassez” comparadas.....	13
2.2 Fins e meios.....	13
2.2.1 Economia e Estética.....	13
2.2.2 Economia e tecnologia.....	14
2.2.3 Teoria Econômica e História Econômica.....	15
2.2.4 A interpretação materialista da História.....	15
2.3 A relatividade das “quantidades” econômicas.....	16
2.3.1 O significado de escassez.....	16
2.3.2 O conceito de um bem econômico.....	16
2.3.3 A “falácia da concretude deslocada”	16
2.3.4 O significado da estatística econômica.....	17
2.3.5 A importância das séries de tempo.....	18
2.3.6 “Produção-distribuição” versus análise do “equilíbrio”	18
2.4 A natureza das generalizações econômicas.....	19
2.4.1 Os fundamentos da análise econômicas.....	19
2.4.2 Lei econômica e o “histórico-relativo”	20
2.4.3 Economia e Psicologia.....	21
2.4.4 A mitologia do <i>homo economicus</i>	22
2.4.5 Estática e dinâmica.....	23
2.5 Generalizações econômicas e realidade.....	23
2.5.1 Economia como uma ciência.....	23
2.5.2 “Leis” estatísticas de oferta e demanda e A “economia quantitativa” dos Institucionalistas.....	24

2.5.3 A função dos estudos empíricos.....	24
2.5.4 A inevitabilidade da lei econômicas.....	25
2.5.5 As limitações da lei econômica.....	25
2.5.6 A possibilidade de uma teoria do desenvolvimento econômico.....	26
2.6 A importância da Ciência Econômica.....	26
2.6.1 A Lei da Utilidade Marginal Decrescente.....	26
2.6.2 A Neutralidade da teoria do equilíbrio.....	27
2.6.3 Economia e ética.....	27
2.6.4 A importância da Ciência Econômica.....	28
3. A ACEITAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE ECONOMIA APRESENTADA POR ROBBINS.....	28
3.1 A aceitação da definição de economia apresentada por Robbins.....	28
3.2 Críticas à definição apresentada por Robbins.....	31
3.2.1 Axiomatização da economia.....	32
4. CONCLUSÃO.....	35
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Com toda certeza, uma das primeiras definições que qualquer estudante de economia aprende é aquela elaborada por Lionel Robbins em 1932 em *“Um Ensaio Sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica”* (*Ensaio*): “A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.” (ROBBINS, 2012, p. 15). Em seu ensaio, Robbins discorre por inúmeras páginas defendendo o papel central que a escassez tem na Ciência Econômica. Tudo o que não envolve escassez não está relacionado com a economia e não deve fazer parte das preocupações dos economistas. Exclui até o estudo da Ética e da psicologia do campo de estudo da economia.

A definição de Robbins surgiu no pior momento da grande depressão que teve início em 1929, sendo alvo de muitas críticas e rejeitada pela maioria dos estudiosos da economia. A definição foi sendo aceita gradualmente até a década de 1960, onde passou a ser mais popular entre os economistas em suas publicações em revistas e em livros didáticos, porém foi aceita sem grandes questionamentos. Apesar do termo escassez aparecer em estudos de economia muito antes da definição apresentada por Robbins, ela aparecia com outros sentidos. Foi no sentido em que Robbins usou a definição de escassez que esta definição ganhou um papel central na economia.

O objetivo deste trabalho é investigar a noção de escassez em economia desde o *Ensaio* de Robbins. Estudar-se-á o *Ensaio*, fazendo uma resenha e destacando suas principais ideias. Na sequência, faz-se um levantamento das principais críticas à ideia central de seu ensaio e discorre-se sobre o longo caminho da aceitação da definição de economia de Robbins, com o intuito de demonstrar o impacto que a definição de economia e o papel central que o conceito de escassez tem tido para Ciência Econômica.

2 UM ENSAIO SOBRE A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA.

2.1 O objeto da Economia

No *Ensaio*, Robbins busca estabelecer os limites de análise da Ciência Econômica, dando uma definição para o que realmente a Economia estuda. Ele observa que os economistas dão explicações sobre a natureza da economia, sem chegar a um consenso. Apesar de tentarem falar sobre a mesma coisa, os economistas não concordam sobre o que falam. A definição de uma ciência sempre vem depois da criação dela em si. Mill compara com a muralha de uma cidade, onde a muralha é feita após o seu estabelecimento no local. Primeiro veio a cidade e depois a muralha. A definição de uma ciência só é possível após o esclarecimento dos problemas que podem ser estudados. Sem saber exatamente o que a Economia estudaria, estaria fadada ao fracasso. A Economia tem vários segmentos de estudo e foi com a unificação desses conhecimentos que foi possível identificar o objeto principal de seu estudo. Nessa etapa em que a ciência já está unificada é o momento ideal para que sejam delimitados precisamente os seus objetivos de análise. Para que possamos encontrar soluções do que estudamos é extremamente importante conhecer os limites das generalizações da Ciência econômica e seu objetivo tem que ser claramente identificado.

Para Robbins, uma das interpretações que pode atrair o maior número de estudiosos e até mesmo leigos é a de que o estudo da Economia está relacionado com as causas do bem-estar material. Essa definição encontra-se nos estudos de vários autores, principalmente de países anglo saxões, como Alfred Marshall, Edwin Cannan, John Bates Clark e até mesmo em Vilfredo Pareto. Entretanto, Robbins observa que há assuntos claramente dentro da economia que ficam fora dessa definição e com isso são considerados casos marginais de investigação. Para ser considerada como verdadeira, essa definição tem que se enquadrar no objeto fundamental nas principais áreas de estudos da economia. Robbins faz um teste, demonstrando várias falhas na definição. Analisando a teoria dos salários sobre o prisma da definição materialista da economia, argumenta que é falha como definição. No sentido amplo, salários são rendas geradas pelo trabalho que não são consideradas como lucros. Alguns salários resultam de trabalhos que proporcionam

bem-estar material, como um coletor de lixo, já outros trabalhos não estão ligados ao bem-estar material como um membro de uma orquestra. Porém ambos recebem salários e não necessariamente estão relacionados ao bem-estar material. Também considerando como o trabalhador gastaria o seu salário, ele poderia utilizá-lo tanto comprando coisas materiais (como pão) como em coisas imateriais (como ir ao teatro).

De acordo com Robbins, até mesmo a economia de guerra entra nessa contradição. Se a economia cuida tão somente do bem-estar material e a economia de guerra não está relacionada ao bem-estar material, então esta não poderia ser objeto de estudo da Ciência Econômica. Robbins fala que até o professor Cannan vê uma contradição nessa explicação. Em seus trabalhos, Cannan demonstra que a economia ajuda a elucidar problemas relacionados à guerra.

Os economistas ingleses também utilizaram o mesmo conceito em que se busca o bem-estar material para determinar qual o trabalho era improdutivo e qual era produtivo. Para Robbins, o mais famoso está nos trabalhos de Adam Smith, onde ele define trabalho produtivo como resultando em objetos tangíveis e trabalho improdutivo aquele que seja intangível, ou seja, é aquilo que após o trabalho ter sido executado já não existe mais (como músicos, cantores de ópera e advogados).

Vários economistas modernos rejeitaram essa definição de produtividade. O trabalho, para Robbins, sempre será produtivo se tiver demanda por ele. Ele é produtivo porque dele gera valor, gera riqueza. E a Ciência econômica trabalhará com a precificação desses valores. O objeto da economia não está restrito apenas ao bem-estar material.

Robbins explica que a utilização da definição materialista se justifica mais por um caráter histórico, pois foi uma das influências dos fisiocratas. Essa definição normalmente foi usada sem nenhum tipo de crítica. Cannan utilizou essa definição para explicar as condições de riqueza, onde um homem fica isolado da sociedade e depois é incorporado a ela. No caso do homem isolado, a utilização de um conceito materialista tem eficiência na explicação. Cannan, em seu trabalho denominado *Wealth* (1914), utiliza o caso de Robinson Crusoe, diferenciando atividades “econômicas” e “não econômicas”. Considerando que Crusoe está isolado da sociedade e colhe batata, ele está fazendo uma atividade em que aumentará o seu bem-estar material, “econômico”. No entanto, se nos seus momentos de distração ele ficar conversando com o papagaio, realizará uma atividade que não contribuirá

com o seu bem-estar material, será uma atividade “não econômica”. Nesse caso, uma explicação materialista teria sentido. Se Robinson Crusoe for resgatado e incluído na sociedade e as pessoas pagarem para ver ele em cima de um palco, conversando com um papagaio, esta conversa terá um caráter econômico. Independente de como Crusoe utilizará o valor que receber.

Admitindo que “econômico” e “não econômico” são equivalentes a atividades que estão relacionadas ao bem-estar material e as que não estão relacionadas ao bem-estar material, respectivamente. Robbins em seu *Ensaio*, admite que temos um problema realmente econômico, em que devemos decidir quanto tempo gastaremos em uma atividade “econômica” e em uma atividade “não econômica”.

2.1.1 A definição da “escassez” da Economia

Robbins volta ao exemplo de Robinson Crusoe, do professor Cannan, onde ele fica isolado da sociedade. Nesse caso pode ser utilizado o conceito materialista, quando ele divide o seu tempo entre produção de renda real e lazer. Assim verificamos um aspecto econômico, que consiste em quatro condições exatas, formuladas por Robbins, que podem ser formuladas da seguinte maneira: a primeira condição é que uma pessoa isolada deseja tanto lazer quanto renda real; em segundo, ele não possui o suficiente para satisfazer os dois desejos; terceiro, ele pode alocar o seu tempo de forma que aumente a sua renda real ou mais lazer; e quarto, exceto em casos excepcionais, o seu desejo por renda real e por lazer são diferentes. Logo, Robinson Crusoe tem que tomar decisões, escolher qual lhe trará maior benefício. Ele tem que economizar. Ele utilizará o seu tempo e recursos conforme seu desejos. Para Robbins isso identifica um aspecto econômico.

Explicando em outras palavras, de acordo com Robbins, os fins são variados. Não há tempo nem recursos para ser aplicado da maneira que é desejado. Tempo e recursos podem ser utilizados de maneira diferentes, para obter fins diversos. Tais fins dão diferentes satisfações, sendo diferenciados pelo seu nível de importância e Robbins deixa claro que é a esses casos que a Ciência Econômica está voltada, quando o comportamento de uma pessoa será decidido pela sua forma de escolha. Nesses casos, há renúncia de algo para obtenção de outra coisa. Aí sim, é observado um aspecto econômico. Conforme Lionel Robbins explica: “A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e

meios escassos que têm usos alternativos.” (ROBBINS, Lionel, 2012, p. 15).

2.1.2 Ciência Econômica e a economia de troca

No Ensaio, Robbins afirma que qualquer comportamento humano que apresente a característica de conflito de escolhas, ou seja, qualquer decisão que tenha a influência da escassez, em que tenha que fazer uma escolha resultando na renúncia de algo, faz parte do objeto de estudo da economia. Para Robbins, muitos economistas tentaram impor o objeto da economia como comportamentos derivados da economia de troca. Sendo assim, para esses economistas, a definição de que a economia é focada em escolhas de fins e meios escassos só serve para a economia de troca e não pode ser utilizada para outras generalizações.

Porém, Robbins defende que a sua definição de economia pode ser utilizada em diversos outros objetos e por isso, também fazem parte do estudo da economia.

Para Robbins, não faz sentido uma análise de uma economia de trocas no caso de uma pessoa isolada ou em uma sociedade comunista. No caso de uma pessoa isolada a compreensão é muito simples e no caso de uma sociedade comunista as decisões são arbitrárias, onde não há pressões individuais em que uma decisão pode afetar os preços, taxas de juros e custos.

No caso de uma economia de troca em que as decisões de cada indivíduo podem ter uma repercussão muito maior do que esse indivíduo esperava, para Robbins, a análise econômica se faz interessante. Para ele é fácil para uma pessoa determinar quais serão as implicações para si quando efetuar uma compra ou vender algo. Porém as implicações disso nas relações de escassez que vive uma sociedade, de acordo com o autor do *Ensaio*, não é tão fácil de ser previsível. É necessária uma análise muito aprofundada para começar a entender quais podem ser esses efeitos. Por essa razão ela tem muito mais utilidade em uma economia em que há trocas. Mas o estudo da economia não é delimitado a esse fenômeno. Segundo Robbins os mesmos conceitos utilizados em uma economia de trocas podem ser utilizados em uma sociedade comunista ou até mesmo no caso de uma pessoa isolado, mesmo que para esses dois últimos casos essas definições não sejam tão úteis. Isso é explicado pelo fato que mesmo fora de uma economia de troca as decisões estão subordinadas pelos mesmos elementos, que são as limitações de meios em relação aos fins, ou seja, a escassez.

2.1.3 As definições de “materialismo” e da “escassez” comparadas

Robbins argumenta que é um erro pensar que os conceitos de materialismo e escassez sejam parecidos. Tanto aquilo que aumenta o bem-estar material quanto os serviços, são escassos e importantes. Não importa se é algo material ou não, o que importará é a sua relação com os valores e a sua demanda. A definição materialista fornece uma ideia equivocada sobre qual realmente é a natureza da Ciência Econômica.

2.2 Fins e meios

De acordo com o Ensaio, para estar dentro do escopo de estudo da Economia, os meios devem ser escassos para atingir determinados fins, independente de qual seja esse fim. Basicamente a Ciência Econômica analisará como os seres humanos alocam os recursos escassos e quais as consequências da utilização dos recursos para atingir determinados fins. Do ponto de vista de Robbins, os fins em si não são preocupações do economista. Fins são analisados apenas como objetivos já definidos pelos indivíduos.

2.2.1 Economia e Estética

Segundo Robbins, Josiah Stamp, economista e industrialista inglês escreveu em sua obra *Some Economic Factors in Modern Life* (1929) que acreditava na definição de economia como a busca por bem-estar material. Para ele, o bem-estar econômico aumenta quando há uma atenção maior a estética, como preservar monumentos antigos. Para Robbins, isso é estimulante à inteligência e pode trazer oportunidades de ganhos materiais futuros. Mas não há uma comprovação disso, nem por experiência e nem estatisticamente até aquele momento. De acordo com a definição de Robbins, a estética pode ser considerada como um fim, então não é um objeto da economia. Como um fim, ela depende das escolhas de como os indivíduos utilizarão os seus recursos.

Como Robbins está nesse ponto tratando de fins, ele traz uma questão importante: a busca por dinheiro não pode ser considerada então um fim

“econômico”? A explicação de Robbins é que ganhar dinheiro não é um fim em si, mas um momento de transição entre uma venda e uma compra, o dinheiro é um meio para se adquirir algo, imediatamente ou futuramente, não para ficar estocado.

2.2.2 Economia e tecnologia

Se for considerada a definição em que a economia procura obter o bem-estar material, Robbins diz que não é possível perceber uma distinção entre a Ciência Econômica e as técnicas de produção. Pois parece claro que se uma técnica de produção for utilizada para criar algo material, isso aumentará o bem-estar material, então as técnicas teriam que ser algo estudado pela economia.

Utilizando a definição que Robbins apresenta, fica mais clara a distinção entre economia e as técnicas de produção. Assim as técnicas de produção são analisadas como algo dado, que podem resultar na escassez de diferentes bens econômicos. Para Robbins não é a técnica em si que interessa, mas a sua capacidade de ser utilizada e no que isso influenciará na escassez de determinado produto. Essa distinção não retira a importância da Teoria Econômica de Produção. Se apenas existisse um meio de fazer algo e apenas um fim, a técnica de produção seria o mais relevante. Mas se houvesse mais de um fim e apenas um meio, matéria-prima por exemplo, para se chegar a esses diversos fins e que essa quantidade de matéria-prima não fosse o suficiente para atingir os variados fins, será necessário decidir como alocar esses recursos para obter o que realmente desejamos. Nesse caso que se encaixa a Teoria Econômica de Produção.

Como visto, Robbins disse que recursos escassos podem ter usos alternativos para se chegar a diversos fins. Além dos produtos escassos, isso pode ser usado também nos fatores fundamentais de produção. São infinitas as possibilidades que os recursos naturais e o trabalho podem ser utilizados. De acordo com o autor, não se considera somente a técnica, mas também a demanda pelo consumidor e até mesmo a oferta de um produtor de matéria-prima deve ser considerado.

O porquê de um ou outro bem ser produzido depende de seu preço e de seus custos, independente da técnica utilizada. Para Robbins, se o custo de produção de determinado bem está muito elevado e o produto não encontre demanda pelo seu preço, os recursos utilizados na produção podem ser usados

para produzir outros produtos, que sejam viabilizados pelos seus custos, independente da técnica utilizada. Como já dito, Robbins explica que a economia se ocupa da análise de como os recursos escassos serão utilizados para a produção de fins alternativos.

2.2.3 Teoria Econômica e História Econômica

Robbins fala sobre a Teoria Econômica, que estuda a relação que pode haver entre meios e suas utilizações variadas para se chegar a um determinado fim. Segundo Robbins, o estudo da História Econômica segue o mesmo raciocínio, porém leva em consideração casos que ocorreram no decorrer do tempo. De acordo com Robbins, tanto a Teoria Econômica quanto a História Econômica estão ligados ao conceito de escassez. Para ele, ambos são ramos de estudo da Ciência Econômica, logo devem se ocupar de casos que estejam de acordo com o conceito de economia.

Robbins explica que a História Econômica não está interessada em analisar como uma técnica de produção evoluiu, mas está interessada em analisar como esta nova técnica impactará na oferta de produtos, na demanda, na renda das famílias, nos preços dos produtos, ou seja, como essa nova técnica influenciará em casos em que a economia realmente estuda.

2.2.4 A interpretação materialista da História

Segundo Robbins, a chamada Interpretação “Econômica” ou Materialista da História surgiu em quanto se defendia que a economia se relacionava apenas a questões que aumentassem o bem-estar material. Essa maneira de se estudar a história, afirma que todos os eventos da história são resultados de mudanças nas técnicas de produção. Robbins explica que essa definição afirma que as mudanças no sistema de produção causam variações não apenas no que se diz respeito a escassez, mas também que todas as relações sociais são alteradas por causa da criação de novas técnicas de produção. Tudo muda por causa das novas técnicas.

De acordo com a definição de economia de Lionel Robbins, a definição de Interpretação Materialista da História não teria nenhuma relação real com a economia. A economia está preocupado apenas nas questões que envolvam

escassez. Para Robbins não há nada que possa afirmar que a história pode ser explicada apenas em termos econômico. Para ele a interpretação Materialista da História pode até ser válida, mas nada indica que seja uma interpretação econômica da história.

2.3 A relatividade das “quantidades” econômicas

2.3.1 O significado de escassez

Robbins afirma que escassez não significa apenas que algo existe apenas em pouca quantidade, que é raro. De acordo com ele, escassez é mais uma comparação relativa. Pode existir muito de algum bem, mas ninguém querer. Esse bem seria abundante, não escasso. Agora se existe uma demanda maior do que está disponível desse bem, ele seria escasso.

2.3.2 O conceito de um bem econômico

Para Robbins, bem econômico é um termo formal, o que define se algo é ou não um bem econômico é a necessidade. De acordo com o autor, se algo pode ser considerado escasso, ele será um bem econômico. A mesma coisa em uma sociedade pode ser um objeto de necessidade e em outra não. Para Robbins no primeiro caso teríamos um bem econômico e no segundo caso a mesma coisa não seria. Isso pode variar, depende de sua demanda e de sua escassez.

2.3.3 A “falácia da concretude deslocada”

De acordo com Robbins, “Falácia da concretude deslocada” foi uma frase usada pelo professor Alfred Whitehead, para falar sobre a confusão entre potencialidade técnica e valor econômico, de um lado a produção em alta escala de produtos e gastos em capital fixo e do outro a falta de demanda sobre o que era produzido. Segundo Robbins, há um problema na Economia Aplicada relativo às “quantidades econômicas”, ou seja, sobre a quantidade de bens econômicos que são produzidos.

Robbins diz que houve um grande problema na produção em massa que se

tratava de produzir além daquilo que haveria demanda. Gastos em capital fixo dados como indesejáveis caso ocorressem mudanças na demanda ou ainda na criação de uma maneira mais lucrativa de se produzir, levando esse capital fixo a não ter mais valor, nesse caso não há mais volta, o que foi gasto, foi gasto, não tem mais como contornar a situação a não ser se adaptando as novas técnicas de produção. Gastos em capital fixo em épocas em que a demanda se tornaria menor, fazendo com que os grandes gastos não trouxessem retorno. A continuidade da produção de produtos em que a demanda acabou. Para Robbins, esses casos são todos de desperdício, em que todos esses esforços poderiam ter sido canalizados para produção de bens que realmente teriam demanda, que seriam objeto de necessidade. A organização da produção deve ser planejada para suprir a demanda.

2.3.4 O significado da estatística econômica

Robbins explica que são usados em Economia Estatística dois tipos de unidades de conta. Uma se trata de unidades físicas (toneladas de soja, como exemplo) e a outra são unidades de valor (setenta reais a tonelada da soja). A unidade física só interessa ao economista se for utilizada como valores relativos.

A utilização de unidades de valor traz alguns detalhes mais específicos, segundo Robbins. Os preços de acordo com a teoria utilizada por Robbins, são resultados da escassez relativas de certos bens e fatores de produção. Esses preços só terão importância se comparados aos outros preços praticados no mercado naquele mesmo momento. Fora isso, o preço terá importância apenas como valor monetário. De acordo com Robbins, os valores expressos pelos preços são uma relação e não uma medida, uma relação de diversos bens em um mesmo momento que sejam escassos. Mais especificamente, para Robbins, os valores representam uma ordem de preferência. Os preços são uma medida de certa quantidade de dinheiro.

Como para Robbins, medidas não representem uma relação, utilizar tais medidas (como preço ou renda) para formar agregados sociais, podem ser de pouca utilidade para um economista. No caso de agregados de preços e renda, só teriam significados para a teoria monetária. É apenas um fluxo de pagamentos monetários. Porém, segundo Robbins, arbitrariamente esses agregados podem ser úteis para fazer algumas aferições, como demonstrar que mudanças nos preços podem

acarretar em uma mudança nas preferências dos consumidores. Estimativas de agregados teriam importância em casos específicos, como no caso de uma redistribuição de renda, onde haveria uma mudança nos valores relativos, na produção de bens e nas prestações de serviços. Para Robbins, os dados agregados para serem comparados apenas entre si mesmo, resultam em nenhum sentido.

2.3.5 A importância das séries de tempo

De acordo com Robbins, comparar preços de certos bens só tem importância se comparados com bens que a troca seja possível. Disso segue que não é possível comparar o preço de um bem com o seu valor no passado. O autor diz que comparações relevantes são tiradas de comparações de preços de bens no mesmo momento, não em períodos diferentes. Dessa forma que se tem um sistema de valorações.

Quando se fala do preço de um bem no passado, Robbins explica que isso significa que esse bem poderia ser trocados por uma quantidade de outro bem. Isso pode não prevalecer se for analisado no presente. Segundo Robbins, alguns estudiosos acreditavam que a comparação de preços de um bem específico poderia ser resolvida ajustando a variação no “valor do dinheiro”. Porém a variação do preço de um bem pode ter impacto diferente na relação de seu preço com os preços de diversos outros bens. Sendo então imprevisível o resultado. Robbins explica que mesmo fazendo a correção do “valor do dinheiro” podem haver mudanças nas técnicas de produção de um certo produto, que mudaria toda a sua relação de preços com outros produtos. Sendo assim, os preços só podem ser comparados no mesmo momento.

Robbins diz que essas explicações não negam relações intertemporais de preço. Para ele, previsões de preços no futuro podem influenciar preços no presente. Porém não há uma relação significativa entre o preço no presente e o preço no passado.

2.3.6 “Produção-distribuição” *versus* análise do “equilíbrio”

De acordo com Robbins, a economia tradicional, principalmente entre os economistas de língua inglesa, dividem o campo de investigação da economia na

teoria da produção e na teoria de distribuição. O foco dos estudos é principalmente em agregados, explicando as causas do produto total e de sua proporção de distribuição entre os fatores de produção e as pessoas. E de acordo com a definição de economia de Robbins, um estudo de agregados pode gerar limitações, pois não provem de uma teoria pura.

Robbins explica que uma lei científica tem que ser enunciada com exatidão. Para ele, as generalizações que os economistas, em sua maior parte ingleses, tradicionalmente fazem não são passíveis de serem enunciadas com tal exatidão para se tornarem leis. As mudanças no agregado de produção não são precisas. Robbins argumenta que as generalizações dos economistas que assumiram a forma de leis sempre estão relacionadas a conceitos que podem ser definidos com exatidão, como oferta e demanda.

Robbins diz que os economistas agora estão voltados a questões envolvendo uma teoria de equilíbrio, teoria da estática comparativa e teoria da mudança dinâmica. Para Robbins, há mais preocupação com os efeitos de variações nas condições de equilíbrio do que com as causas da variação da produção e da distribuição. Para ele, o sistema econômico é visto com relações interdependentes entre homens e os bens econômicos. Os economistas tentam descobrir o que pode ocasionar alguma variação nessas relações e tentam prever os resultados. Neste tratamento moderno, a produção é estudada pelo prisma da teoria do equilíbrio. Demonstrando, por exemplo, como as taxas de juros determinarão a distribuição dos fatores de produção para produção futura ou presente. Ou até mesmo como os fatores de distribuição serão alocados para produzir diversos bens dependendo dos custos e dos preços.

2.4 A natureza das generalizações econômicas

2.4.1 Os fundamentos da análise econômicas

O objetivo de Robbins não é falar como a economia deve ser seguida, mas falar sobre a importância dos resultados obtidos. Para ele, as proposições da teoria geral do valor são as mais fundamentais para a análise econômica. Serão analisados casos sobre o conhecimento já existente da teoria geral do valor. Robbins diz que as explicações sobre a natureza e a determinação da relação entre

bens sempre estarão no centro da análise econômica. O fundamento da teoria do valor é que as pessoas dão importâncias diferentes as coisas que desejam, podendo ser organizadas em ordem. Robbins explica que desta concepção é possível encontrar a ideia da substitutibilidade de vários bens, da demanda de um bem em relação a outro, de uma distribuição de equilíbrio de bens entre usos diferente, de um equilíbrio de trocas e da formação de preços. Passando da esfera de análise de um indivíduo para o mercado, se supõe que a distribuição da propriedade já seria dada. Segundo Robbins, a suposição principal sempre será a de que os agentes econômicos têm diferentes atribuições de valor.

Para Robbins, a validade dessas proposições não pode ser garantida por fatos ocorridos na História. Para ele, qualquer tentativa de se fazer uma previsão se utilizando da história deve ser acompanhada de uma análise. Não existe base segura para afirmar que a história pode se repetir. Robbins afirma que mesmo existindo vários casos Históricos, em que possam ser analisados casos pela teoria do valor, não quer dizer que todos os casos que ocorreram foram causados pelo mesmo motivo ou até mesmo que os motivos irão se repetir futuramente. Também para Robbins, as proposições não tem nenhum vínculo com experimentos controlados.

Como qualquer outra ciência, de acordo com o *Ensaio*, as proposições da Ciência Econômica surgiram das deduções de inúmeros postulados. Para Robbins os postulados apresentam o que é de mais essencial na economia, que é a escassez de bens e como realmente isso se apresenta no mundo real. Robbins diz que não é necessário experimentos controlados para se observar isso, apenas fazendo o enunciado dessas proposições já dá para verificar a sua aplicabilidade no mundo real.

2.4.2 Lei econômica e o “histórico-relativo”

De acordo com o *Ensaio*, o desenvolvimento das proposições para casos mais complexos envolvem muitos postulados envolvendo as partes que realizam uma troca, o mercado e legislação por exemplo. E para Robbins, sua validade depende de sua consistência lógica. Qualquer aplicação ou dedução realizadas devem ser analisadas se possuem os elementos postulados. Tão importante quanto a análise dos postulados é a verificação dos pressupostos que se encaixam na análise.

Segundo Robbins foi dito erroneamente que as generalizações econômicas são principalmente “histórico-relativo”. Sendo assim as generalizações só teriam validades dentro de condições históricas específicas, sem validade fora delas. Para que proposições Econômicas sejam utilizadas de modo produtivo e correto, de acordo Robbins é necessário que tenham pressupostos auxiliares, que podem ser obtidos em materiais denominados histórico-relativo. Nos casos de pressupostos auxiliares isso até pode ser verdade, mas Robbins explica que para os principais pressupostos isso não se aplica. Para ele esses pressupostos são baseados na realidade, verificado no cotidiano e com uma generalidade tão ampla que não são considerados como históricos-relativos. Exemplos desses pressupostos principais são as escalas relativas de valoração e que existem diferentes fatores de produção.

2.4.3 Economia e Psicologia

Robbins demonstrou que a Economia pura faz inferências sobre a existência de meios escassos com usos alternativos e que o pressuposto das valorações relativas é a base para o aprofundamento do estudo da Ciência Econômica. Imagina-se que as valorações relativas dependem da validade de doutrinas psicológicas específicas. Para Robbins, isso resultou em vários pensamentos sugerindo que se a economia utiliza doutrinas psicológicas e como estas variam constantemente, os fundamentos da economia teriam que ser repensados cada vez que as doutrinas utilizadas da psicologia mudassem. Disso resultou que esses pensadores, de acordo com Robbins, não encontraram uma maneira de explicar os fundamentos economia, deixando em aberto a questão.

Segundo Robbins, foram vários economistas que usaram doutrinas psicológicas para defenderem as suas teses, como os fundadores da moderna teoria subjetiva do valor que usaram doutrinas do hedonismo psicológico como aval de suas proposições. Robbins dá exemplos de economistas que usaram essas doutrinas: Gossen, Jevons e Edgeworth. Já, outros economistas, paralelamente, demonstraram que a estrutura central da teoria econômica pode ser não hedonista.

Robbins supõe com as escalas de valoração que cada indivíduo em determinada situação, vai preferir algo em detrimento de outro, mas não discutimos o porquê que dado indivíduo concede esse valor específico. Essa afirmação é dada pela psicologia, não é uma suposição, explica o autor. A questão de como cada

indivíduo atribui a sua escala de valoração é uma questão que pode ser estudada pela psicologia, não pela economia. Tudo o que se supõe é que o indivíduo tem uma escala de valoração. Isso é algo fundamental e pode ser utilizado em diversas explicações de atividades sociais, explica Robbins.

Mesmo sabendo que a economia analítica não se baseia na psicologia, ainda existem elementos que envolvem uma natureza psicológica. A valoração do indivíduo tem um fundamento psíquico, analisa Robbins. Muitos estudiosos ligados ao Behaviorismo negam que qualquer ciência pode ser baseada em fatos que não podem ser observados diretamente. Porém, segundo o *Ensaio* do autor, a análise econômica envolve vários conceitos internos, que não são observáveis diretamente, como a ideia de um fim, fundamental para se compreender o objeto de estudo da economia. Entende-se, por conseguinte, que existe uma valoração relativa, escolhas, indiferenças e preferências, que fazem com que a análise econômica tenha vários fatores subjetivos que não podem ser vistos, que não é um comportamento exterior e ainda se reconhece que diversos fatores analisados pela Ciência Econômica são de caráter psíquico, explica. Segundo Robbins, não há como estudar a ciência econômica sem considerar fatores internos que não possam ser observáveis. Como é possível fazer alguma análise sobre preços futuros, por exemplo, se não for possível utilizar-se de aspectos que não possam ser notáveis? Questiona o autor.

2.4.4 A mitologia do *homo economicus*

Para Robbins, não necessariamente o homem econômico tem interesse em apenas ganhar dinheiro ou está apenas preocupado com si mesmo. Um indivíduo pode oferecer os seus serviços em troca de dinheiro. Porém, o que ele ganhar pode ser usado para ajudar uma instituição beneficente. Ele pode comprar pão, não apenas para obter pão, mas por gostar e querer agradar o padeiro, então ele resolve gastar o seu dinheiro com esse determinado padeiro. O fim não é apenas obter interesse pessoal, realmente isso é um mito, mas o fim pode ter inúmeros motivos, esclarece o autor.

Como já dito, o homem econômico tem uma escala de valoração, dando preferência a certas tomadas de decisões. Como ele constrói essa escala não é objeto de estudo da economia. Mas de acordo com essa escala de valorações o homem econômico pode tomar decisões que envolvem infinitos motivos, que não

são única e especificamente o interesse pessoal e a obtenção de dinheiro, explica o estudo de Robbins.

2.4.5 Estática e dinâmica

Partindo de um princípio em que é considerado um certo equilíbrio dado, pode-se fazer aferições sobre como se chegou a determinado equilíbrio. Ou seja, se faz um estudo sobre algo estático, sem variações do equilíbrio. A partir do momento que é feito um estudo completo sobre a condição de equilíbrio e entendido sobre quais condições os dados podem se alterar, é possível fazer outros estudos, Fazendo pequenas variações nos dados, fazendo com que se perca a situação inicial de equilíbrio, pode-se fazer comparações estáticas entre o pronto de equilíbrio e a mudança que fizemos, demonstra Robbins. Outra maneira ensinada pelo autor é simular uma total desestabilização do estado de equilíbrio e tentar verificar qual caminho percorre os dados, para se chegar a um novo equilíbrio. Mas de início, é fundamental ter o conhecimento total dos dados e como eles se comportam em um estado estático, para daí sim partir para estudos que envolvem elementos dinâmicos, ressalta o *Ensaio*.

2.5 Generalizações econômicas e realidade

2.5.1 Economia como uma ciência

Robbins diz que como qualquer ciência, a Ciência Econômica faz estudos que se referem a realidade, apesar de haver críticas errôneas sobre este fato. As generalizações feitas pela economia são conhecidas de maneira direta, não são generalizações arbitrárias ou conhecidas somente por inferências, como no caso das ciências naturais, defende o autor. Mas, não é prudente desconsiderar que estudos econômicos mais elaborados podem ser resultado de inferências tiradas de premissas já existentes, assim como pode-se descobrir novas premissas através de experiências, explica ele.

2.5.2 “Leis” estatísticas de oferta e demanda e A “economia quantitativa” dos Institucionalistas

Para Robbins, a utilização de estatística na Ciência Econômica pode ser válida em muitas situações, porém não pode ser tomada como uma lei. A utilização de dados pode ser usado para uma tentativa de previsão do futuro, mas não há nada que garanta que o que ocorreu no passado pode se repedir, assim os dados utilizados podem ter sofrido uma mudança que diferencie acontecimentos anteriores dos que ainda podem ocorrer. O autor diz que a estatística não pode ser utilizada como uma generalização. Não pode ser utilizada como uma afirmação de que algo vai ocorrer simplesmente porque ocorreu no passado. Existem probabilidades de que a mesma coisa possa se repetir, mas não há uma comprovação de que vá se repetir. Diferente das generalizações referentes a escassez, oferta e demanda, para a econômica, a utilização da estatística não pode tomar o carácter de uma lei, conforme esclarece Robbins.

2.5.3 A função dos estudos empíricos

Robbins diz que as investigações sobre a realidade só pode ser realizada por quem sabe os princípios analíticos e que tenha alguma noção sobre o que pode ser obtido com esse tipo de análise. Segundo o seu estudo, o que pode ser obtido, pode ser divididos em três grupos. A primeira é verificar se os pressupostos gerais adotados são capazes de dar alguma explicação sobre algum assunto. Também tem que haver um cuidado com a terminologia, que em um determinado momento pode ter um significado e após um período pode mudar. Em segundo lugar deve-se usar postulados auxiliares que ajudem na análise de determinado assunto. Em terceiro, ter o conhecimento sobre a aplicação das teorias e dos pressupostos, mas também considerar que nos estudos realistas é possível encontrar elementos que na teoria pura devem ser revistos e até mesmo elucidar novos elementos. Em muitos casos, explica Robbins, as generalizações são insuficientes para a explicação de determinados assuntos, constantemente as generalizações devem ser testadas para verificar a suas aplicações e até mesmo poder elucidar certos aspectos que as generalizações não conseguem explicar. De acordo com o estudo do autor, é com

os testes que chega-se a novos conhecimentos de aparato analítico, verificar novos pressupostos e melhorar os pressupostos já existentes.

2.5.4 A inevitabilidade das leis econômicas

Após a análise completa sobre uma generalização, Robbins conclui que pode-se usá-la para tentar fazer uma interpretação ou uma previsão sobre determinados assuntos. As leis econômicas são de caráter inevitáveis, define o autor. Seu estudo diz que se é possível verificar que determinados pressupostos se encaixam em algum fato estudado, pode-se afirmar que as consequências serão as mesmas que as leis econômicas envolvidas descrevem. Segundo Robbins, devido a essa inevitabilidade da análise econômica que pode-se considerar que a Ciência Econômica consegue fazer previsões sobre algumas matérias.

Porém, explica o autor, usa-se as leis econômicas em fatos que podem ter influência de inúmeras outras variáveis. Não há possibilidade de prever tudo o que pode acontecer em uma determinada análise. De acordo com Robbins, uma previsão pode se mostrar errada quando outros fatores também influenciam no resultado. Por isso deve-se considerar que leis econômicas e suas inevitabilidades serão confirmadas se apenas a variável em análise se alterar. Não considera-se todas as variáveis em uma análise, pontua Robbins.

2.5.5 As limitações da lei econômica

Segundo Robbins, é importante estabelecer os limites das leis econômicas. Existem mudanças endógenas e exógenas aos pressupostos utilizados pela Ciência Econômica. As mudanças endógenas ocorrem dentro de uma estrutura de pressupostos e a exógena, acontece fora dessa estrutura, de acordo com o autor. A economia estuda os casos de mudanças endógenas. Para o Robbins, as mudanças exógenas não são estudadas pela economia, mas a Ciência Econômica está preocupada com as consequências dessas mudanças, não com as mudanças em si. Como as escalas relativas de valoração. Como elas são formadas e como elas podem ser modificadas não são parte de estudo da economia, então são exógenas, são consideradas como dadas, ensina o autor. Robbins define portanto que o que o economista irá se preocupar é com as consequências que essas mudanças podem

acarretar.

2.5.6 A possibilidade de uma teoria do desenvolvimento econômico

É totalmente difícil fazer uma teoria do desenvolvimento econômico, afirma Robbins. Para ele, o comportamento de diversos fatores são imprevisíveis, sem a possibilidade de contabilizar e identificar todos os fatores. Existem fatores que podem influenciar em uma teoria econômica que não são estudadas pela economia, são fatores exógenos, e para os economistas devem ser considerados como dados, elucida o autor. Uma teoria do desenvolvimento econômico teria que levar em consideração assuntos que por definição, não são de análise da Ciência Econômica, por isso seria muito pequena as chances de conseguir criar uma teoria que realmente pode ter um grau alto de acerto, diz Robbins. Ele explica que os fatores considerados dados podem mudar constantemente e não faz parte da Ciência Econômica estudá-los, por isso não há como saber o que influenciará essas mudanças, acarretando em um resultado negativo para qualquer teoria do desenvolvimento.

2.6 A importância da Ciência Econômica

2.6.1 A Lei da Utilidade Marginal Decrescente

Em seu estudo, Robbins faz a seguinte observação: A Lei da Utilidade Marginal Decrescente presume que se alguém tem muito de algo e recebe uma unidade a mais do mesmo, sua satisfação será cada vez menor. Agora, se tem pouco, cada unidade a mais que receber, sua satisfação será maior. Como exemplo, considerando uma pessoa rica, cada unidade a mais de renda que ela receber, terá menos satisfação. Uma pessoa pobre terá mais satisfação quando receber uma unidade a mais de renda. Se houver uma distribuição, alocando a renda do rico para o pobre, haverá um aumento da satisfação total, ou seja, a utilidade total aumentará.

Porém, o autor diz que não há possibilidade de comparar a satisfação entre os agentes. Não é possível determinar que as mesmas coisas, darão satisfações equivalentes para as pessoas. Segundo Robbins, é impossível afirmar que cada unidade a mais que o rico ganha irá lhe trazer menos satisfação ou que o pobre

realmente terá mais satisfação. Aqui há uma comparação de importância, que não tem embasamento em qualquer teoria pura. O autor explica que não tem como comparar as satisfações obtidas por agentes diferentes.

2.6.2 A Neutralidade da teoria do equilíbrio

Para a teoria pura do equilíbrio, há um ambiente em que as escalas de “valorações de vários sujeitos econômicos e os fatos do ambiente legal e técnico, pode ser concebido um sistema de relações a partir do qual não haveria tendência à variação.” (Robbins, p.138). De acordo com os dados específicos desses sujeitos, pode-se descrever que dessa maneira a satisfação é obtida da maneira mais completa, analisa Robbins. Entretanto, isso depende dos dados obtidos, não deve-se julgar qual seria a melhor condição de equilíbrio, aquela que seria a mais desejável, esclarece o autor. Assim como na Lei da Utilidade Marginal Decrescente, não é possível fazer uma comparação de importância. Conforme Robbins, a economia apenas fará análises sobre quais as consequências das alocações dos recursos escassos e como isso pode impactar no equilíbrio.

À vista disso, determina-se, para Robbins, a utilização correta dos adjetivos “econômico” e “não econômico”. O autor explica que se o aproveitamento dos recursos escassos for feito da melhor maneira possível para atingir determinado fim, então pode-se dizer que foram usados de modo “econômico”. Caso os recursos escassos tenham sido utilizados de forma desnecessária ou inapropriadamente, diz-se que os recursos foram utilizados de forma “não econômica”. Para ele, os fins em si não são “econômico” ou “não econômico”, “econômico” ou “não econômico” são formas que os fins podem ser atingidos.

2.6.3 Economia e ética

Segundo Robbins, existe uma dissociação entre os campos de estudo da economia e da ética. De acordo com a definição de Robbins de economia, uma pessoa pode ter uma certa escala de valoração, na qual não entra-se no assunto de como ela chegou a essa escala. Nem afirma-se que nessa escala de valoração, o que o sujeito decidiu pode ser certo ou errado, se é bom ou se é ruim. Para o autor, isso não faz parte do estudo da economia, as valorações são dadas e não tenta-se

descobrir como um sujeito chegou nela ou se ela está certa ou errada. É conveniente para a Ciência Econômica separar o estudo da ética do estudo da economia. A ética não é um campo de estudo da economia, afirma Robbins.

2.6.4 A importância da Ciência Econômica

De acordo com Robbins, a Ciência Econômica serve para elucidar as escolhas, através dos seus conhecimentos, ela ajuda a tomar as decisões de forma racional, sabendo das consequências das decisões, para se chegar nos fins desejados. Para tomar as decisões, segundo o autor, deve-se saber aquilo que se deseja e das implicações das possibilidades. A racionalidade, para ele, é escolher tendo conhecimento do que está sendo rejeitado, é o conhecimento das alternativas. A Ciência Econômica “torna possível a nós selecionar um sistema de fins que são mutuamente consistentes uns com os outros”. (Robbins, p. 146). A economia que nos trará conhecimento claro das consequências das escolhas dos fins.

3. A ACEITAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE ECONOMIA APRESENTADA POR ROBBINS

3.1 A aceitação da definição de economia apresentada por Robbins

No artigo *Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition*, Backhouse, R. E. and Medema, S. G. (2009 a) analisam como a definição de Lionel Robbins, do que é a economia, é recebida no meio acadêmico desde a sua publicação em seu livro, *Um Ensaio Sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica* de 1932. A ideia central do *Ensaio* de Robbins é a definição de economia, que o tornou famoso. A definição foi a de que a Ciência Econômica estuda a alocação de meios escassos para a utilização entre fins alternativos. Segundo Backhouse e Medema (2009 a, p.805-806), essa definição sofreu muitas críticas e muitas contestações, demorou para ser utilizada como definição de economia por outros autores e mesmo assim muitas vezes não é utilizada como a definição de economia, mas como um complemento para outras definições de economia.

De acordo com Backhouse e Medema (2009 a, p. 805), a nova definição

trouxe um novo prisma para os economistas, delimitando o seu objeto de estudo e mostrando quais assuntos estavam dentro da economia. Backhouse e Medema (2009 a, p. 805) dizem que diferente das definições anteriores, a economia passa a ter um aspecto analítico, encontrando um aspecto no comportamento. Eles explicam que de acordo com a definição de Robbins, qualquer coisa que pode influenciar na escassez faz parte dos estudos da Ciência Econômica e nesse ponto que está o seu limite, tudo que não altera a escassez ou que não tenha nenhuma influência sobre ela, está fora das generalizações econômicas.

Backhouse e Medema (2009 a, p. 805) constataam que o ensaio de Robbins emergiu em um período em que a economia estava em depressão (1932) principalmente pelo fato de ter havido excesso de trabalho e de capital. Nesse contexto a definição de Robbins não foi reconhecida e de acordo com os autores do artigo, não foi reconhecida até a década de 1960, mas ainda muitas vezes com ressalvas.

De acordo com Backhouse e Medema (2009 a, p. 807), a definição de economia que predominava até a década de 1930, teve início no século XVIII, em que a economia lidava com a criação de riqueza, como alega Edwin Cannan que defende essa definição em 1932 no *Economic Journal*. Backhouse e Medema (2009a, p. 807) verificam que alguns economistas acreditavam que a definição de Robbins era incompleta e deixava vários assuntos que poderiam ser tratados pela economia de lado, como a questão da ética e a utilização de séries históricas para fazer análises econômicas. Mauric Dobb (1933) expressou que Robbins com sua definição, transformava a economia em algo puramente formal. Os autores do artigo dizem que para Robbins os estudos empíricos não eram necessários. Ao fim da década de 1930, muitos economistas acreditavam que poderia haver mais de uma definição de economia.

Backhouse e Medema (2009 a, p. 808) identificam que para Allan Gruchy (1949) a economia não deveria ser apenas uma teoria pura, era mais que isso, como para Keynes que encontrou tanto uma formalidade como uma humanidade na economia. Para Backhouse e Medema (2009 a, p. 809) até mesmo em 1964, Paul Samuelson considerou que a teoria pura foi exagerada por parte de Robbins, mas foi no início da década de 1960 que a definição de Robbins começou a ser amplamente aceita, mesmo a definição dele ainda sendo alvo de dúvidas. Backhouse e Medema (2009 a, p. 810) constataram que estudiosos como John Hicks (1960) e William

Kapp (1968) usaram a definição de Robbins para caracterizar quais eram as áreas de interesse dos economistas. Albert Rees (1968) na Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais definiu economia utilizando a definição de Robbins.

Na pesquisa realizada por Backhouse e Medema (2009 a, p. 809) foi visto que nas revistas a definição de Robbins foi tomando mais poder já na década de 1950, quando Gerhard Tintner (1953), um membro da Commission Cowles, dá duas definições de economia, sendo uma delas a de Robbins. Já para os livros didáticos, Backhouse e Medema (2009 a, p. 812) analisaram que apesar da escassez sempre tomar um papel central na economia, nem sempre foi o único foco da definição do que é a economia. Para Backhouse e Medema (2009 a, p. 812) um dos principais exemplos é encontrado em Lipsey, que em 1963 no seu livro, *An Introduction to Positive Economics*, definiu a economia com um conjunto de definições e entre elas citou que um dos problemas básicos da economia é a escassez.

Apesar do conceito de escassez ser amplamente aceito e considerado como um problema central da economia, Backhouse e Medema (2009 a, p. 811) explicam que muitos economistas utilizam a Ciência Econômica mais para questões mercadológicas, envolvendo trocas. Kenneth Boulding em 1969 define a economia como um estudo de um sistema social baseado em trocas. Outros economistas utilizam a definição de Robbins. Backhouse e Medema (2009 a, p. 814) usam o exemplo de Becker, que explica que tal definição é muito ampla e pode incluir a escolha de um carro, um cônjuge, e uma religião e vários outros exemplos, sendo assim pode até ser utilizado para questões que não eram consideradas dentro da esfera da economia. Ou seja, Becker mesmo utilizando a definição de Robbins, considera que ela pode ser utilizada além do que Robbins afirmava.

Backhouse e Medema (2009 a, p.815-816) concluem que a definição de Robbins passa a ser melhor aceita a partir nos anos 1960, sendo citada em livros didáticos e em revistas científicas. Os autores analisaram que mesmo com tantas críticas, Robbins foi capaz de elucidar um dos principais problemas da economia e que está em sua essência que é o conceito de escassez.

3.2 Críticas à definição apresentada por Robbins

De acordo com o livro *Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia* de José Maria Rodriguez Ramos (1993) a definição de economia de Robbins como visto, recebeu muitas críticas. Muitas dessas críticas o próprio Robbins teve a oportunidade de refutar. Boa parte das críticas foram a respeito da amplitude da definição e para outros autores foi o contrário, a definição era muito estreita. A primeira crítica foi refutada por Robbins pela explicação que muitas pesquisas científicas tratam de assuntos amplos e que mesmo assim não deixam de ser ciência. Já para a questão da estreiteza, teve origem principalmente em estudiosos que acreditavam que a economia era um estudo das trocas, Robbins explica que sua definição de escassez vai além das trocas, podendo tratar até de aspectos da estrutura legal da sociedade. (José Maria Rodriguez Ramos, 1993, p. 104).

José Maria Rodriguez Ramos (1993, p. 105) enumera quatro pontos principais de críticas à definição de Robbins. A primeira se refere que na segunda edição do *Ensaio*, Robbins admite que desde os primórdios da economia o aspecto psicológico teve uma grande importância nas generalizações econômicas, podendo ser encontrado de Adam Smith a Keynes, mesmo Robbins acreditando que as questões psicológicas são consideradas como dadas, não fazendo parte do estudo da economia. Outra crítica é a respeito da estática, Robbins em seu ensaio afirma sobre a obviedade de incerteza futura, sendo assim só poderiam ser feitas análises relacionadas a uma economia estática. A terceira crítica é a respeito do pleno emprego que é considerado no ensaio de Robbins, não levando em conta o programa de pesquisa keynesiano. Porém, a questão de emprego faz parte da teoria do equilíbrio geral ou a teoria do emprego, mas não tem a ver com a metodologia da ciência. E por último Robbins foi criticado por transformar o papel do economista, levando-os a serem simples técnicos neutros.

De acordo com o artigo *Robbins's Essay and the Axiomatization of Economics* de Backhouse e Medema (2009 b, p. 488), um outro julgamento importante e que também pode ser encontrado em vários outros autores, é o de Terence Hutchison (1938) que critica Robbins por retirar fatos tecnológicos, psicológicos e sociais que são materiais básicos de estudo de muitos cientistas sociais. Para ele Robbins transformou o estudo da economia na dedução de teorias

a partir de postulados, isso era chamado de proposições da teoria pura. Assim o economista estaria mais preocupado com a teoria pura, com a terminologia e não com estudos empíricos.

3.2.1 Axiomatização da economia

De acordo com o artigo *Robbins's Essay and the Axiomatization of Economics* de Backhouse e Medema de 2009, vários economistas defenderam a utilização da matemática na economia, entre eles John von Neumann, Abraham Wald, Karl Menger e Oskar Morgenstern. Para Backhouse e Medema (2009 b, p. 486), este último defendia a utilização de métodos axiomáticos nas ciências sociais, afirmando que a matemática teria um grande potencial nas ciências sociais, como a economia. Backhouse e Medema (2009 b, p. 285) contam que na década de 1930 em um seminário, John von Neumann e Abraham Wald provaram matematicamente a existência de equilíbrio geral. O uso de métodos axiomáticos e o uso da matemática na ciência econômica só podem ser feitos com a aceitação da definição de Robbins de economia, assim, tanto o uso da matemática quanto o uso da aceitação da definição de Robbins caminharam juntas, pois era a única definição que comportaria o uso relevante da matemática.

Para Backhouse e Medema (2009 b, p. 485), Robbins não era um economista matemático e não defendia o seu uso e muito menos discutia sobre uma economia axiomática. Porém, a sua definição foi utilizada por outros economistas, para viabilizar o uso da matemática e de axiomas na economia. Para Robbins, as deduções da Ciência Econômica são retiradas do conceito fundamental de escassez e isso foi utilizado como um início para uma abordagem axiomática. O conceito de escassez é o centro da economia, dado isso como verdadeiro, pode-se partir para uma abordagem axiomática da economia, segundo Backhouse e Medema (2009 b, p. 489).

O trabalho de von Neumann e Morgenstern em 1944/1947, *Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico*, de acordo com Backhouse e Medema (2009 b, p. 490), levou o uso da matemática na economia para um uso mais moderno, separando da tradição do uso do cálculo diferencial e os compromissos com a lógica. Backhouse e Medema (2009 b, p. 490) ainda afirmam que John von Neumann e Oskar Morgenstern estavam preocupados que a utilização da matemática refletisse

a realidade e que os axiomas fossem tirados da realidade. Já Gerard Debreu, outro exemplo de economista que defende que a economia é axiomática, diz em seu prefácio da *The Theory of Value: An Axiomatic Analysis of Economic Equilibrium* (1959, p. x): *The theory of value is here treated with the standards of rigor of the contemporary formalist school of mathematics... Allegiance to rigor dictates the axiomatic form of the analysis where the theory, in the strict sense, is logically entirely disconnected from its interpretations.* ((Debreu apud Backhouse e Medema, 2009 b, p.489-490)

De acordo com Backhouse e Medema (2009 b, p. 490), tanto Gerard Debreu quanto Koopmans acreditavam que a teoria precisa de uma estrutura de postulados, sobre estes postulados aplicasse as regras da lógica. A interpretação dos postulados é necessária, mas está separada logicamente do raciocínio. Koopmans também associa a definição de Robbins com métodos postulados (axioma). Para ele, o uso da matemática na economia poderia ser utilizado de modo que as hipóteses utilizadas não seriam contraditórias entre si. A consideração de postulados adequados que determinariam quais as ferramentas matemáticas seriam as mais adequadas. Para Backhouse e Medema (2009 b, p. 492), na década de 1930 e 1940, em que esses estudos eram desenvolvidos e a tentativa de incluir axiomas na economia ganhava maior força, o conceito definido por Lionel Robbins ainda não era bem aceito e visto com muita crítica.

Backhouse e Medema (2009 b, p. 496) explicam que para métodos axiomáticos sejam possíveis de serem utilizados na Ciência Econômica, seria imprescindível que a economia fosse definida como uma aplicabilidade geral e que seus fundamentos fossem baseados em postulados retirados da economia de forma analítica. Robbins rejeita que a economia é uma ciência empírica – e por isso foi constantemente criticado na época em que desenvolveu a sua teoria, como Harrod (1938) – inferindo que a economia deve ser uma ciência analítica. Para Backhouse e Medema (2009 b, p.497) a definição de Robbins tornou possível acreditar que podem existir premissas gerais merecedoras do status de axioma. Não é a toa que as primeiras manifestações de apoio a definição de Robbins tenha vindo da Commission Cowles, notadamente por Lange e Koopmans, onde utilizavam estudos econométricos e defendiam o uso de métodos axiomáticos na economia.

Para Backhouse e Medema (2009 b, p. 496) é irônico que a definição de Robbins (que era comprometido com a escola Austríaca e não utilizava métodos

matemáticos), foi utilizada e desempenhou um papel importante na utilização da matemática na economia.

4. CONCLUSÃO

Lionel Robbins em seu *Ensaio* nós dá a definição mais famosa de economia e que repetidamente a defende em seu livro de que “A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.” (ROBBINS, Lionel, 2012, p. 15). Utiliza-se de inúmeros argumentos, contesta várias definições e modos de estudos que estavam sendo utilizados por economistas em sua época. Tudo para defender que a escassez possui um papel fundamental na economia.

Porém, a definição de economia que Robbins apresentou não foi considerada relevante no momento em que foi apresentada. Em uma época de grande depressão (1932) e que a crença da maioria dos economistas era de que a economia estava preocupada com a criação de riquezas, ou como Robbins diz, a preocupação era com o bem-estar material, os economistas não estavam abertos a outro tipo de definição. Ainda mais uma que estava sendo criticada de diversas formas. De acordo com José Maria Rodriguez, em seu livro *Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economial*, a definição de Robbins foi criticada tanto por ser muito abrangente como por ser muito estreita. Seria abrangente pois praticamente tudo o que uma pessoa faz envolve a renúncia de se fazer qualquer outra coisa, tudo na vida envolve escolhas. Já no artigo de Backhouse e Medema *Robbins's Essay and the Axiomatization of Economics* (2009) é usado uma crítica que pode ser encontrada em vários autores, em que Robbins é acusado de transformar a economia em uma economia analítica e também por excluir do campo de estudo da Ciência Econômica, várias matérias que eram muito utilizadas por economistas, como psicologia e ética.

Apesar do grande número de críticas e de críticos, da década de 1930 até 1960, de acordo com Backhouse e Medema a definição de Robbins foi gradualmente sendo mais aceita. Passando a ser utilizada cada vez mais por estudiosos, aparecendo com mais frequência em revistas científicas e livros didáticos. Chegando aos tempos atuais, em que provavelmente a primeira definição de economia que os estudantes da Ciência Econômica se deparam é a definição criada por Robbins em 1932.

A definição de Robbins foi utilizada até mesmo com justificativa para a utilização de métodos axiomáticos na Ciência Econômica. De acordo com

Backhouse e Medema, para a utilização de axiomas na economia era necessário uma definição que tivesse aplicabilidade geral e fundamentada em postulados que fossem originados de forma analítica, ou seja, uma definição que transformasse a economia em uma ciência pura, a qual a definição de Robbins se encaixava perfeitamente. Como houve uma maior aceitação (até mesmo sem muitas críticas) da definição de Robbins a partir da década de 1960 e o aumento do uso da matemática na economia também ocorreu a partir da década de 1960, pode ser que tenha havido uma relação da aceitação da definição de Robbins com a maior utilização da matemática e do uso de métodos axiomáticos na Ciência Econômica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Robbins, Lionel. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Backhouse, R. E. and Medema, S. G. (2009a). **“Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition”**. *Economica*. 76, 805–820.

Backhouse, R. E. and Medema, S. G. (2009b). **“Robbins’s Essay and the axiomatization of economics”**. *Journal of the History of Economic Thought*. 31(4), 485-499.

Ramos, José Maria Rodriguez. (1993). **Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Hutchison, T. W. (1938). **The Significance and Basic Postulates of Economic Theory**. New York: Augustus M. Kelly, 1960.